



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO TRT DA 2ª REGIÃO**

Ata da Reunião ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Em 11 de dezembro de 2020, às onze horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de forma telepresencial, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga, presentes o Exmo. Sr. Juiz Milton Amadeu Junior, a Exma. Sra. Juíza Regina Celi Vieira Ferro e a Exma. Sra. Juíza Vanda Ferreira da Cruz, e os servidores: Aline Maria de Castro Silva Rossi; Claudia Dantas de Almeida Moniak; Daniela Louise da Serra Ogata; Debora Forlin Granja; Dulcinéa Lima de Jesus Figueiredo; Eliana Maiellaro; Gilda Garcia; Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho; Ludmilla Cavarzere de Oliveira; Luís Carlos de Paula Reseck; Marcus Vinícius da Silva Batista; Thaísa Carla Santos do Nascimento e Vanessa Spadotto Alves. Presentes os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Ingrid Sotanyi; Karen Outa e Luiz Fernando de Paula Pereira. Presentes, ainda, os seguintes servidores convidados: Elaine Caire, da Coordenadoria de Infraestrutura Predial, e José Américo Zampar Júnior, da Assessoria Jurídico-Administrativa.

Ausentes, justificadamente, a Exma. Sra. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo; os servidores: Alexandre Aguenta Arakaki, Daniela Ferrari Kovács, Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Gabriel Pio de Paula, Jorge Costa Silva, José Renato das Graças Amaral, Katia Regina Cezar, Luiz Felipe Furtado Fernandes, Marcelo Tiba Nakamura, Narjara Jacó da Silva e Silva, Odair Pinto de Oliveira, Rodrigo Lopes Nabarro, Rogério Campos dos Santos, Ronaldo Prado Amoroso; Thais Tie Myasaki; Vera Lúcia de Oliveira Aguiar; e o aprendiz Bruno da Silva Porto.

O Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga deu início aos trabalhos, saudando a todos os membros da Comissão. A seguir, como de costume, solicitou que cada pessoa se apresentasse aos demais, informando nome e lotação, devido ao ingresso de novos membros e à presença de servidores convidados, configurando-se esta atitude uma boa prática de acessibilidade à comunicação, vez que tal conduta inclusiva possibilita às pessoas com deficiência visual a identificação dos demais participantes presentes à reunião. Concluída a apresentação, foram discutidos os seguintes assuntos:

1. Evento anual de Conscientização “Encontro Nacional de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão da Justiça do Trabalho”, realizado em 19/11/2020

Inicialmente, o Dr. Alvaro agradeceu à Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão pelo sucesso do evento e, em especial, à Secretaria de Comunicação Social – SECOM, à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, à Secretaria de Cerimonial, Eventos e Relações Institucionais e à Secretaria da Escola Judicial – EJUD2, que foram os setores mais nevrálgicos envolvidos na sua realização.

Mencionou, ainda, que o evento foi muito elogiado, noticiando inclusive que, na véspera, o Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas disse publicamente, durante sessão de julgamento, que assistira e participara do Encontro Nacional de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão da Justiça do Trabalho, parabenizando-nos pelo evento que, conquanto específico para a Justiça do Trabalho, foi bem abrangente.

Na sequência, o Dr. Alvaro deu a palavra ao Sr. Ivo Ramalho, servidor da Seção de Acessibilidade e Inclusão, que passou a explanar sobre o aludido evento, destacando três momentos: o antes, o durante e o depois.

O Sr. Ivo lembrou aos presentes que, no período que antecedeu ao evento, tivemos a colaboração de todas essas áreas acima mencionadas. E que houve todo um processo de estudo/pesquisa, que resultou na contratação da empresa Show Case, a qual prestou os serviços de acessibilidade comunicacional, destacando-se a audiodescrição, legendas em tempo real e a interpretação na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Portanto, conseguimos realizar um evento com acessibilidade comunicacional tríplice.

Para que isso acontecesse, houve o envolvimento de várias áreas do Tribunal, tanto nessa fase de contratação – e aqui o Sr. Ivo abriu um parêntese para registrar os agradecimentos à Assessoria Jurídico-Administrativa, na pessoa do Sr. José Américo – quanto posteriormente à contratação, com o auxílio prestado pelas demais unidades deste Regional.

E, nesse meio-tempo, houve toda uma preparação para o evento: v.g.: a organização da programação, o envio dos convites, o diálogo com os participantes, enfim, o Tribunal se mobilizou e participou deste evento. Tivemos a representação do Presidente deste E. TRT-2; o pronunciamento da Diretora da Escola Judicial – EJUD2 e da Amatra, dentre outros. E, durante esse processo de preparação, também realizamos várias reuniões técnicas, em que todas aquelas áreas antes referidas foram essenciais.

Já durante o evento, propriamente dito, acredito – disse o Sr. Ivo – que todos aqui tiveram a oportunidade de participar. Foi um evento muito bonito! Todas as falas foram importantíssimas. Expôs-se um pouco do que as Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão têm feito nos respectivos Regionais, além da palestra do Exmº Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, ao final, que fechou com chave de ouro as participações dos Tribunais Regionais do Trabalho, encerrando-se o evento com pronunciamento do Exmº Desembargador Alvaro Alves Nôga, Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do E. TRT-2.

Esse evento repercutiu bastante – e já estamos aqui tratando da fase “pós”, prosseguiu o Sr. Ivo. Encerrado o evento, nos dias seguintes nós recebemos algumas manifestações. Dentre elas, até do próprio Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do Colendo Superior Tribunal do Trabalho, nos perguntando que recurso era aquele de legendas e como foi feita a respectiva contratação, porque ficara “muito bom, muito fidedigno”, disseram-nos.

Recebemos também manifestações de pessoas com deficiência auditiva, que mencionaram ter sido uma alegria participar do evento com acessibilidade comunicacional. Inclusive, uma servidora com deficiência auditiva falou que ficou muito satisfeita por conseguir acompanhar o evento, em mensagem enviada diretamente ao Dr. Alvaro Alves Nôga.

Então, com todos esses comentários, eu vejo que nós conseguimos alcançar o nosso objetivo: o objetivo que fora proposto pela nossa Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão que, nesse

caráter multidisciplinar, se empenhou e, juntamente com a colaboração de diferentes áreas, realizamos este evento que – tenho certeza, por essas manifestações antes referidas – foi muito produtivo e valeu a pena, concluiu o Sr. Ivo Ramalho.

O Dr. Alvaro mais uma vez parabenizou e agradeceu a todos pelo “Encontro Nacional de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão da Justiça do Trabalho”. Ressaltou que o evento foi maravilhoso, repercutiu e, mais do que isso, trata-se de conscientização, a qual se tornou ainda mais relevante diante da proposta de revogação da [Resolução nº 230/2016](#) do C. Conselho Nacional de Justiça, com possibilidade de retrocesso quanto aos direitos já conquistados.

Por fim, o Dr. Alvaro elogiou a cobertura perfeita desse evento, passando a palavra, nesse momento, à Sra. Aline Castro, diretora da Secretaria de Comunicação Social, a qual confirmou que tudo deu certo e afirmou que foi um prazer trabalhar junto com o Cerimonial, além de ter sido uma experiência muito importante para a SECOM, ao que o Dr. Alvaro complementou que, com certeza, esse evento projetou a Secretaria de Comunicação do nosso Tribunal para o Brasil.

2. Atualização do cronograma do Projeto de acessibilidade arquitetônica

O Dr. Alvaro pediu à Sra. Elaine Caire, da Coordenadoria de Infraestrutura Predial, que comentasse um pouco a respeito do aludido cronograma.

Esta noticiou que, dia 30 de novembro de 2020, foi aprovado pelo Tribunal Pleno o Plano Plurianual de Obras do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - biênio 2021/2022 (PROAD nº 95.380/2020). Nesse plano de obras está inclusa uma reforma maior no prédio de Santos, que, por se tratar de prédio próprio, constava no cronograma da acessibilidade o projeto para 2020 e a execução para 2021.

Então, – prosseguiu a Sra. Elaine Caire – estamos solicitando que essa reforma maior no prédio de Santos seja postergada para o ano de 2022, a fim de que o projeto de acessibilidade seja executado juntamente com esse *retrofit* que será feito lá no prédio de Santos (i.e., processo de melhoria de instalações antigas que busca atualizar o espaço, corrigir problemas e torná-lo mais seguro e confortável para os usuários). Destacou que esse novo projeto não somente deixará o prédio literalmente novo, como também passará a haver acessibilidade no terceiro andar, atualmente não servido por elevador. Então, isso seria para 2022.

Quanto aos demais projetos de acessibilidade, a Sra. Elaine Caire informou que todos estão seguindo estritamente o cronograma já anteriormente aprovado por esta Comissão.

O Dr. Alvaro indagou-lhe, então, sobre o andamento do projeto de acessibilidade no edifício do Fórum Ruy Barbosa.

A Sra. Elaine informou que o arquiteto Decio Tozzi contratou uma empresa e solicitou que o prazo fosse suspenso, por conta da pandemia. Coincidentemente, o prazo que eles teriam para entregar o projeto encerrou-se na véspera desta reunião (10/12/2020). Então, aguardou-se até essa data, pois mesmo com o prazo suspenso, eles haviam dito que o entregariam até a data fixada, o que não ocorreu.

Noticiou, ainda, que sua área já está encaminhando um ofício para o Sr. Decio Tozzi e equipe, solicitando informações sobre se irão continuar, ou por que não entregaram o projeto. Isso em relação ao Fórum Ruy Barbosa.

A Sra. Elaine explicou que, como também haverá uma reforma do prédio do Fórum Ruy Barbosa, a Coordenadoria de Infraestrutura Predial iria incluir o projeto de acessibilidade nessa grande reforma.

Nesse momento, o Sr. Luís Reseck, do Gabinete da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial, pediu a palavra para fazer uma complementação, o que foi deferido pelo Dr. Alvaro.

O Sr. Luís Reseck observou que, embora o prédio de Santos esteja sendo postergado, o de Guarujá, cuja reforma também é grande, está sendo antecipado: não somente o projeto já foi licitado, como a própria obra também já foi licitada. Então, a execução que seria para 2022 foi antecipada já para o início do ano que vem (2021).

Em relação ao Fórum Ruy Barbosa, o Sr. Luís Reseck esclareceu que, embora tenha havido esse atraso grande, e nós ainda estejamos lidando com a dificuldade de obter a entrega do projeto do Sr. Decio Tozzi – que é o arquiteto que desenhou o prédio –, fizemos a contratação muito antes do prazo estipulado, no caso do Fórum.

Então, mesmo com todo esse atraso (causado pelo pedido deles de adiamento, em razão da pandemia), o prazo continua dentro do previsto no cronograma. Pois até o final deste ano é o período mesmo de se fazer essa contratação.

Na sequência, o Dr. Alvaro passou a palavra à Sra. Karen Outa, servidora da Seção de Acessibilidade e Inclusão, a qual acrescentou que a Sra. Thaísa lhe passara as fotos da calçada da frente do Fórum Ruy Barbosa, e expressou sua satisfação com esse trabalho da Prefeitura. Porém, ao passar lá no Ed. Millenium, esta semana, a Sra. Karen observou que a Prefeitura somente reformara a calçada da frente, que dá para a Avenida Marquês de São Vicente.

Indagou, então, à Sra. Elaine Caire, se as calçadas laterais serão incluídas no projeto do Sr. Decio Tozzi, ou se o aludido projeto limitar-se-á à calçada da frente do prédio.

Respondendo a esse questionamento, a Sra. Elaine informou e esclareceu o seguinte: quando a Prefeitura foi fazer a reforma da calçada do Edifício Sede, a Coordenadoria de Infraestrutura Predial entrou em contato com eles para verificar se também fariam a do prédio Ruy Barbosa.

Nesse sentido, foi encaminhado um ofício à Prefeitura solicitando tal reforma, dizendo da necessidade; do quantitativo de pessoas que circulam por lá (Fórum Ruy Barbosa); da proximidade com o metrô Barra Funda, resultando na reforma da calçada da Av. Marquês de São Vicente.

A SILAP enviou, ainda, outros dois ofícios, solicitando que também fossem inclusas as calçadas da Rua do Bosque e da Rua José Gomes Falcão. Porém, até o momento, não obtivemos resposta da Prefeitura.

A Sra. Elaine afirmou que, de qualquer forma, caso a resposta da Prefeitura seja negativa, então, as demais calçadas serão “inclusas” no projeto do arquiteto Decio Tozzi. Esclareceu que, na verdade, todas as calçadas do entorno do Fórum Ruy Barbosa já faziam parte do projeto dele, desde a contratação, mas aí a Prefeitura acabou por realizar a reforma da calçada da Av. Marquês de São Vicente, graças à solicitação antes referida.

Então, estamos solicitando à Prefeitura que seja feita a reforma de todo o entorno do Fórum Ruy Barbosa, inclusive por conta da economia para o Tribunal. Nós estamos aguardando, mesmo porque o Sr. Decio Tozzi ainda não entregou seu projeto. Mas tentaremos cobrar isso da Prefeitura, concluiu

a Sra. Elaine Caire.

Nada mais havendo a tratar sobre este tema, passou-se ao item seguinte da pauta.

3. Novo Contrato com o Instituto Jô Clemente, Aprendizes

O Dr. Alvaro iniciou a exposição, informando que há um novo contrato com a APAE-SP (Instituto Jô Clemente) e, como já se expôs aqui na Comissão, a intenção era fazer a contratação pelo procedimento normal, com troca dos aprendizes, pois o contrato anterior, cuja vigência era de um ano, já havia sido renovado por mais um ano (contrato atualmente vigente), e não é possível renová-lo novamente.

Contudo, veio a pandemia (Covid-19), a qual impede que o Instituto Jô Clemente possa fazer novo levantamento presenciais dos locais de trabalho e contato com os novos monitores/tutores etc. Então, cogitou-se fazer um contrato novo, mantendo-se, porém, os mesmos aprendizes, como forma de não interromper projeto de emprego apoiado.

O Dr. Alvaro pediu, na sequência, que o Sr. Luiz Fernando, chefe substituto da Seção de Acessibilidade e Inclusão, fizesse uma exposição sobre a problemática, explicando os percalços e as tratativas.

O Sr. Luiz lembrou que, coincidentemente, no dia seguinte ao que a Sra. Thais Tie, servidora da Seção de Acessibilidade e Inclusão, tivera a ideia de manter os mesmos aprendizes, o Sr. Vitor Martinez, do Instituto Jô Clemente, enviou-nos um e-mail perguntando se concordaríamos em fazer a nova contratação mantendo-se os mesmos aprendizes (pois, devido ao isolamento social em razão da pandemia, os educandos do IJC sofreram uma perda no aprendizado sobre o emprego apoiado). E a resposta foi positiva.

O Sr. Luiz explicou que o grande problema aqui, se fôssemos trocar os aprendizes, seria o mapeamento dos setores/atividades do Tribunal. Isso porque, geralmente, o mapeamento é feito presencialmente. Trata-se de uma política do Instituto Jô Clemente, e há todo um protocolo de mapeamento das atividades, que não daria para se fazer agora nessa transição, entre os meses de dezembro e fevereiro, em razão do teletrabalho.

Então, veio a calhar tudo isso para que seja feita a novação com os mesmos aprendizes. O IJC também mencionou algumas leis que foram alteradas e deram certa discricionariedade diante da situação, por conta da pandemia, permitindo a renovação.

Quanto ao contrato com o TRT-2ª Região, o Sr. Luiz informou que já está na Seção de Contratos, e aproveitou o ensejo para agradecer novamente ao Sr. José Américo, que nos ajudou bastante nesse processo e, bem como com o Termo de Referência. O novo contrato terá início no dia 01/02/2021.

O Sr. Luiz noticiou, ainda, que mais para a frente teremos de ver a situação de dois aprendizes, se eles irão continuar no mesmo local em que eles já estavam lotados. Mas até lá vai haver o mapeamento, e nós tentaremos fazer esse mapeamento com setores representados aqui na Comissão, ou então setores que já tenham aprendizes, para que eles possam ser acolhidos da melhor forma possível.

Por fim, o Sr. Luiz informou que os aprendizes fruirão férias no período de 11.01.2021 a 10.02.2022, esclarecendo que, durante o recesso, as atividades dos aprendizes no Instituto Jô Clemente não cessam. Expressou, ademais, a felicidade da Seção e da Comissão em continuarmos com esses

aprendizes, lembrando que conseguimos os computadores para quem não os possuía, inclusive o *modem* para acesso à internet, para que eles pudessem trabalhar em casa, remotamente.

E encerrou dizendo que gostamos muito do resultado até aqui apresentado pelos aprendizes, no tocante às pesquisas propostas naquele grupo criado para apoiar os tutores no desenvolvimento do teletrabalho dos aprendizes.

4. Datas das reuniões da Comissão para 2021:

Deu-se ciência aos membros da Comissão das datas das próximas reuniões, como abaixo indicadas:

- 26 de Fevereiro; 19 de Março; 23 de Abril; 21 de Maio; 18 de Junho; 23 de Julho; 20 de Agosto; 17 de Setembro; 22 de Outubro; 19 de Novembro; e 10 de Dezembro.

O horário de início, às 11h, fica mantido.

5. Programação dos eventos para 2021

O Dr. Alvaro explicou que tentaremos repetir o que deu certo este ano de 2020. Lembrou que haverá a feira de tecnologia assistiva, REATECH, mas ainda não sabemos se estará aberta ao público e se será possível participarmos (devido à pandemia).

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Ivo Ramalho, servidor da Seção de Acessibilidade e Inclusão e membro desta Comissão.

O Sr. Ivo disse que, tal como mencionado, a REATECH está anunciando que no próximo ano (2021) haverá a feira. Contudo, evidentemente, teremos que analisar todo o contexto e as circunstâncias. Explicou que a ideia é, desde já, começarmos a pensar em prováveis datas para a realização de cursos e eventos, sobretudo, do evento anual.

Recordou que, neste ano, a decisão de realizar o evento telepresencial deu-se um pouco mais tardiamente, com pouco prazo para que fossem adotadas todas as providências. Comentou que, apesar disso, “deu certo, e tem dado certo porque a dinâmica da vida é essa, mesmo: surge um desafio, nos empenhamos, todos dão o máximo de si e, assim, consegue-se atingir o objetivo” – concluiu o Sr. Ivo.

Registrou, porém, que seria interessante, desde já, pensarmos em possíveis datas para a realização do evento anual, até porque ainda está vigente a [Resolução nº 230/2016](#) do CNJ. Quando consultados acerca da nova norma que pretende substituir a [Resolução CNJ nº 230/2016](#). A posição do TRT-2, e a do TRT-9 também, é no sentido que a aludida [Resolução nº 230/2016](#) pode, sim, ser aperfeiçoada, mas ela não precisa ser revogada.

Nesse sentido, para atendimento da norma, bem como pela relevância desses eventos, já convém pensarmos em possíveis datas para sua realização.

Quanto às datas que podemos indicar, existem aquelas datas comemorativas que concentram vários eventos sobre acessibilidade e inclusão – prosseguiu o Sr. Ivo. Uma delas é em setembro. Temos o dia 21 de setembro, em que se comemora o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Temos também o dia 03 de dezembro, no qual é comemorado o Dia Internacional de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Só que, nesses dias, tanto 21 de setembro, quanto 03 de

dezembro, percebeu-se uma concorrência muito grande, pois várias instituições também promovem eventos nessas datas.

Então, a proposta é pensarmos em possíveis datas para que tenhamos uma ideia e possamos nos organizar com o cronograma de contratações, de preparo, para a realização do evento anual.

Nesse momento, o Sr. Ivo, pediu ao Sr. Luiz Fernando para falar um pouco mais a esse respeito.

O Sr. Luiz disse que a reunião de fevereiro de 2021 seria uma excelente oportunidade para fecharmos algumas datas de eventos. Lembrou que foi sugerido, em reuniões anteriores, que a Profa. Dra. Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior falasse sobre a “Avaliação Biopsicossocial da Deficiência”, o que seria muito interessante.

Mencionou que daria até para se cogitar na realização de dois eventos, e a Dra. Izabel Maior seria uma excelente opção de palestrante para um deles. Ou, então, um evento único, com duas falas. Mas aí seria um pouco mais longo, com cerca de 4h de duração.

Disse que, na sua opinião, setembro e novembro são meses excelentes para realizarmos o evento anual, e aí poderíamos trabalhar com seis/sete meses de antecedência.

Comentou que este ano de 2020 foi muito atípico e que surgiram algumas demandas que nunca antes haviam surgido na Seção de Acessibilidade e Inclusão, e isso bem na época em que as providências com o evento anual eram urgentes e o prazo, exíguo. Então, foi muito corrido. Mas o importante é que o evento anual de 2020 foi um sucesso, como dito, apesar do desgaste que houve para sua organização e realização.

O Sr. Ivo Ramalho complementou que a ideia de se convidar a Profa. Dra. Izabel Maior para palestrar sobre “Avaliação Biopsicossocial da Deficiência” é tanto interessante quanto oportuna.

Isso porque está em discussão atualmente o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado, e ainda pairam muitas dúvidas sobre a aplicação desse índice. E a Dra. Izabel Maior é especialista nessas questões. E talvez em um próximo evento nós demos espaço para discutirmos e aprendermos essa questão da avaliação biopsicossocial da deficiência. Então, essa é uma das propostas.

O Sr. Ivo Ramalho pediu, pois, aos membros da Comissão que façam esse exercício de já irem pensando em possíveis datas para o evento anual de 2021, para apresentação de algo mais concreto a respeito na próxima reunião, em fevereiro de 2021.

Nesse momento, a Sra. Aline Castro pediu a palavra para comentar que, independentemente de realizarmos, ou não, eventos nas datas comemorativas, estas sempre constam do calendário da Comunicação. Então, a SECOM sempre faz algum registro, seja no Bom Dia TRT, seja no *Facebook* ou no *Instagram*, pois a SECOM está sempre atenta a essas datas, para fazer algum tipo de *post* ou matéria.

O Dr. Alvaro agradeceu a Sra. Aline e, em seguida, passou a palavra para o Sr. Luiz Fernando, da Seção de Acessibilidade e Inclusão, para que este tratasse do próximo item da pauta, haja vista sua participação na Audiência Pública realizada em 04.12.2020.

6. Participação na Audiência Pública da Comissão de Diversidade e Igualdade – 04/12/2020



Sr. Luiz Fernando, chefe substituto da Seção de Acessibilidade e Inclusão, comentou sua participação, de cerca de 5 minutos, na Audiência Pública promovida pela Comissão de Diversidade e Igualdade, no último dia 04 de dezembro de 2020.

Disse que, como na véspera, dia 03 de dezembro, é comemorado o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, ele destacou a importância dessa data, fruto de discussão numa Assembleia em 1992 (Portanto, a data é comemorada há 28 anos).

O Sr. Luiz informou que os outros dois aspectos que ele pontuou na Audiência Pública, para reflexão, foram:

1. Sobre os cursos e eventos que a Comissão de Diversidade e Igualdade pode vir a realizar.

Sobre isso, lembrou que nós sempre incentivamos a realização de cursos e eventos de conscientização que tratam de diversidade, igualdade, acessibilidade, inclusão etc., mas sempre frisando a importância e a necessidade institucional de se contemplar a acessibilidade comunicacional (audiodescrição, legendas e Libras). Tal como previsto no inciso XIII do art. 10 da [Resolução CNJ nº 230/2016](#).

A propósito, o Sr. Luiz noticiou que, antes de o Dr. Alvaro falar na aludida Audiência Pública, uma servidora – que se apresentou em Libras – criticou o aspecto da falta de acessibilidade do referido evento.

O Sr. Luiz ponderou, ainda, que estamos falando para um público diversificado, parte do qual, devido a tais barreiras, pode acabar não tendo acesso ou ser discriminado. Então, a acessibilidade comunicacional pode permitir que a discussão desses relevantes temas (v.g.: diversidade e igualdade) alcance e inclua um maior número de pessoas, ampliando o debate e conferindo-lhe maior efetividade.

2. Sobre a “análise biopsicossocial da deficiência” (art. 18 da [Resolução CNJ nº 230/2016](#); § 1º do art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência – [Lei nº 13.146/2015](#)).

O Sr. Luiz comentou que, como exemplo de diversidade e igualdade, nós lutamos muito para que a análise biopsicossocial da deficiência seja implementada, de fato, no Brasil. Lembrou que há o aspecto “bio” – ligado à Medicina; o aspecto “psico” – relacionado à Psicologia e áreas afins; e, por fim, o aspecto social – que, no nosso caso, diz respeito à Assistência Social e à Acessibilidade e Inclusão.

Logo, quando se tratar de qualquer assunto relacionado a pessoas com deficiência, deveríamos ter quatro pareceres, de cada uma dessas áreas antes mencionadas, a saber: Setor Médico, Seção de Psicologia, Seção de Assistência Social e Seção de Acessibilidade e Inclusão.

São pareceres complementares (ou não), mas que abarquem a análise da deficiência de modo mais completo e complexo, de sorte que a aludida análise não se restrinja a um único aspecto somente (v.g.: ao aspecto psíquico, ou ao médico, nem tampouco ao aspecto social, simplesmente).

Em síntese, foi isso – disse.

O Sr. Luiz comentou, ainda, que o Dr. Alvaro também falou durante a Audiência Pública, de forma sucinta (cerca de 4 minutos), sobre o projeto de inclusão laboral dos aprendizes com deficiência intelectual.

O Dr. Alvaro lembrou que, no total, foram 5 (cinco) horas de Audiência Pública. Mas que participou e acompanhou apenas parte do evento, pois na mesma data também participou de outro evento, do Ministério Público do Trabalho, onde ele falou no Reconecta, tema do próximo e último item desta pauta de reunião.

7. Participação no Reconecta – 04/12/2020

Foi dada ciência da participação do Exmº Desembargador Dr. Alvaro Alves Nôga no aludido evento e, de forma sucinta, do teor de sua palestra, na qual explanou como a Justiça do Trabalho e, em particular, o TRT-2, lidam com as questões de acessibilidade.

O Dr. Alvaro concluiu agradecendo novamente à Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e, especialmente, à Seção de Acessibilidade e Inclusão, que muito se empenhou, contribuindo de forma efetiva para as conquistas no âmbito da acessibilidade.

Ao final, foi aberta a oportunidade para que cada membro deixasse uma mensagem de final de ano, sendo transmitidos agradecimentos e congratulações, além de votos de saúde, paz e felicidade. E a grande maioria ponderou que este ano de 2020 foi atípico e desafiador, mas também de muito aprendizado e resiliência.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 12h24min.

DESEMBARGADOR ALVARO ALVES NÔGA